

A atualidade do uso do conceito de camponês

Marta Inez Medeiros Marques

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2000)
Profª. Drª. do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo
Avenida Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária, São Paulo-SP, Brasil, 05508-900
Endereço eletrônico: mimmar@usp.br

Resumo

Este artigo defende a atualidade e a pertinência da utilização do conceito de camponês para a análise e compreensão da realidade agrária brasileira, tendo como base uma abordagem dialética sobre seu conteúdo sócio-político e cultural. Inicia-se com a apresentação do conceito de camponês adotado e, em seguida, são feitas algumas considerações sobre como este conceito vem sendo utilizado ao longo do tempo pelas ciências sociais no Brasil e sobre os limites do conceito de agricultura familiar. Finalmente, para exemplificar a atualidade do uso do conceito de camponês, são apresentadas evidências encontradas em estudos sobre a luta pela terra e a reforma agrária sobre a predominância de referências camponesas entre os valores que orientam essa luta e a forma de organização social e territorial estabelecida nos assentamentos rurais.

Palavras-chave: camponês, agricultor familiar, teoria, modernização da agricultura, questão agrária.

Resumen

La actualidad del uso del concepto campesino

Este artículo defiende la importancia del uso del concepto del campesino en la actualidad para el análisis y conocimiento de la realidad agraria brasileña, teniendo como base una perspectiva dialéctica de su contenido sociopolítico y cultural. Se inicia con la presentación del concepto del campesino adoptado e, después de eso, se hacen algunas consideraciones sobre la forma que este concepto viene siendo utilizado a través de los tiempos por las ciencias sociales en el Brasil y los límites del concepto de la agricultura familiar. Finalmente, a ejemplificar la actualidad del uso del concepto de campesino, se presentan las evidencias encontradas en estudios acerca de la lucha por la tierra y la reforma agraria sobre el predominio de referencias campesinas entre los valores que dirigen esta lucha y la forma de organización social y territorial establecida en los asentamientos rurales.

Palavras-claves: campesino, agricultor familiar, teoría, modernización agrícola, cuestión agraria

Abstract

The validity of the use of the peasant concept

This article defends the validity and the relevancy of the use of the concept of peasant for the analysis and the understanding of the Brazilian agrarian reality based on a dialectical approach of its socio-political and cultural content. It starts presenting the adopted concept of peasant and, then, it analyzes how this concept has been used for social sciences in Brazil and the limits of the concept of family farm. Finally, as to indicate the importance of

continuing to use the concept of peasant, it presents evidences found in studies on the struggle for land and the agrarian reform on the predominance of peasant references between the values that guide this struggle and the form of social and territorial organizations established in the rural settlements.

Keywords: Peasant, family farmer, theory, modernization of the agriculture, agrarian question

Introdução

Muito já foi dito sobre o conceito de camponês e o porquê de sua adequação ou não para o estudo da realidade brasileira, porém o debate continua aceso, o que tem sido motivado por vários acontecimentos, sobretudo algumas mudanças recentes observadas no campo como o franco avanço do agronegócio em certas regiões e o conseqüente agravamento da questão agrária e incremento da luta pela terra no Brasil. O presente artigo defende a atualidade e a pertinência da utilização do conceito de camponês para a compreensão de nossa realidade agrária baseado na análise de sua história e de seu conteúdo sócio-político e cultural.

Conforme se pretende demonstrar a seguir, o conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar. Trata-se de um conceito que possui uma história significativa no interior das ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo.

O artigo se encontra dividido em quatro partes. Na primeira, apresenta o que se entende por camponês, tendo como referência as contribuições de T. Shanin (1979 e 1983) e K. Woortmann (1990). Em seguida, são feitas algumas considerações sobre como este conceito tem sido utilizado ao longo do tempo pelas ciências sociais no Brasil. Na terceira parte, são analisados criticamente os trabalhos de Abramovay (1992) e Lamarche (1993 e 1998), referências fundamentais para aqueles que defendem o uso do conceito de agricultura familiar em detrimento do de camponês. Finalmente, para exemplificar a atualidade do uso do conceito, são apresentadas evidências encontradas na luta pela terra e pela reforma agrária da predominância de referências camponesas entre os valores que orientam essa luta e a forma de organização social e territorial estabelecida nos assentamentos rurais. Tais evidências se relacionam com um processo em curso de reafirmação do campesinato enquanto classe, o que é reconhecido por alguns segmentos do movimento social que passam a adotar a identidade camponesa.

Este trabalho corresponde a uma versão ligeiramente modificada do paper apresentado na Comunicação Coordenada realizada no XIII Encontro Nacional de Geógrafos em João Pessoa, julho de 2002, intitulada “O debate teórico acerca dos conceitos de agricultura familiar e campesinato”, que também contou com a participação de Bernardo M. Fernandes e Larissa M. Bombardi. A estrutura geral do texto foi mantida, tendo sido feitas apenas algumas alterações e pequenas inserções com o objetivo de torná-lo mais claro.

O campesinato, uma “estranha” classe

Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a

atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade.

Segundo Shanin (1979:228), o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos - ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida. Para ele, o campesinato é uma classe social de baixa “classicidade” que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise.

Neste sentido, vale lembrar os ensinamentos de Thompson (1987) a respeito do fazer-se classe:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais (THOMPSON, 1987:10).

Thompson considera a situação de classe ou condições materiais e a vivência e percepção desta situação como elementos fundamentais para compreender as lutas sociais, seus conteúdos, e a formação dos sujeitos políticos. Assim, a classe não pode ser compreendida como uma categoria-analítica que se aplica aos grupos sociais como decorrência direta de sua posição no interior das relações de produção. Tal procedimento teórico se mostra particularmente problemático quando aplicado à análise do campesinato, que pode se apresentar ligado à terra, seu principal meio de produção, por meio de diferentes formas de relação e cuja especificidade dos valores e visão de mundo, frequentemente conflitantes com a ideologia dominante na sociedade moderna capitalista, não pode ser ignorada.

O campesinato se caracteriza por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza (TAUSSIG, 1980:10).

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês.

De acordo com Woortmann (1990), a campesinidade corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos específicos. Estes podem apresentar maior ou menor grau de campesinidade segundo sua trajetória de vida e sua forma de integração à sociedade moderna capitalista.

Ainda conforme Woortmann (1990), ética camponesa apresenta terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionados entre si e tem como princípios organizatórios centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Ela fundamenta uma ordem moral de forte inspiração religiosa e tende a constituir uma ideologia tradicional oposta à ordem social da modernidade. No Brasil, a ética do catolicismo rústico se confunde com a ética camponesa.

A ordem social moderna é determinada pelo mercado capitalista e fundamenta-se no princípio de competição, tendo como valores o indivíduo e a razão. Coerente com o reconhecimento da consciência e do consentimento como atributos do indivíduo, a ideologia moderna tem na noção de poder o equivalente funcional da idéia tradicional de ordem e hierarquia. Nela, as categorias terra, trabalho e família são definidas independentemente

umas das outras, como coisas explicáveis em si mesmas, de acordo com uma visão mecânica e atomística da realidade.

A relação dialética entre elementos constitutivos da tradição e da modernidade perpassa toda a sociedade brasileira e está relacionada aos processos que caracterizam o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Não se pode afirmar um destino pré-determinado para o campesinato em nossa sociedade. O destino desta classe social se define ao longo de sua própria história, a partir das posições que ela ocupa no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária e das escolhas e estratégias que adota em face dos possíveis historicamente determinados.

O conceito de camponês no Brasil: origem e trajetória

A origem do conceito de camponês está relacionada à realidade da idade média européia, mas a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades. Aqui, o campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista.

Em contraste com o forte enraizamento territorial que caracteriza o camponês europeu, a trajetória do nosso campesinato é marcada por uma forte mobilidade espacial. O predomínio de sistemas de posse precária da terra nas formas de existência desenvolvidas por essa classe social tem resultado numa condição de instabilidade estrutural, que faz da constante busca por novas terras uma importante estratégia de reprodução social. Assim, conforme lembra Wanderley (1996), é o seu modo de vida, mais do que a terra, o patrimônio que tem sido de fato transmitido entre gerações.

O conceito de camponês adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nos anos 50 ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento das “Ligas Camponesas”, quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira.

Até então, o camponês recebia denominações locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no sul - dependendo de sua origem, se imigrante ou não. O mesmo também acontecia com os grandes proprietários de terra, que eram conhecidos como estancieiros, senhores de engenho etc.

Em decorrência do mesmo processo que deu sentido ao conceito de camponês, é definido o conceito de latifundiário, o seu par contraditório. Assim, eles aparecem como conceitos-síntese, ou categorias-analíticas, que remetem a situações de classe e que estão enraizados numa longa história de lutas (MARTINS, 1981).

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais.

Porém, na década de 1970, o conceito de pequena produção passa a ser usado pelas ciências sociais como alternativa ao de camponês por apresentar caráter operacional e por, supostamente, melhor representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante. O domínio de tal perspectiva contribui para o arrefecimento do debate político travado em torno do tema da questão agrária. (PORTO e SIQUEIRA, 1994)

Mas o conceito de pequeno produtor não permite a explicitação das especificidades desta categoria social na incorporação das técnicas, no acesso ao crédito, na inserção ao mercado como o conceito de camponês o permite e alguns autores passam a utilizar os dois conceitos de forma articulada.

Discutia-se sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo com a industrialização e a modernização da agricultura e sobre o papel da pequena produção/campesinato neste

novo contexto a partir de diferentes perspectivas. No interior da tradição marxista havia aqueles como Silva (1982) que, apoiando-se em Lênin, consideravam que este segmento social estava fadado à extinção e que daria lugar a uma realidade polarizada entre trabalhadores assalariados e capitalistas, pequenos e grandes. Outros, como Martins (1981), que, inspirando-se na idéia de acumulação primitiva continuada de Rosa Luxemburgo, afirmavam a permanência do campesinato no interior da agricultura capitalista. Desde então, estas duas concepções teóricas têm influenciado o debate sobre a questão agrária brasileira.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, cresce a complexidade da problemática agrária em decorrência das mudanças verificadas no campo e novos movimentos sociais entram em cena como o dos atingidos por barragem, dos seringueiros, dos trabalhadores rurais sem terra etc.

Observa-se nas ciências sociais uma preferência pelo emprego de categorias descritivas, ou categorias empíricas, como as de sem-terra, assentados, barrageiros em detrimento do uso de conceitos-síntese como o de camponês ou o de pequeno produtor. A discussão se volta para a problemática das diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital e para o processo de diferenciação social interna à produção familiar e sua polarização entre agricultores integrados e pequenos produtores excluídos. (PORTO e SIQUEIRA, 1994)

Na última década do século XX, o conceito de agricultura familiar é proposto por alguns autores como substituto para o de camponês enquanto conceito-síntese e aceito sem maiores reflexões por muitos, seja na academia, na burocracia do Estado, ou também entre os próprios agricultores, seus sindicatos e movimentos sociais. Essa substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história e contribui para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária. Diferentemente do que ocorreu com o conceito de pequena produção, que aparece de forma articulada ao de camponês em algumas situações, o emprego do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao de camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Contudo, curiosamente, desde meados dos anos 1990, a crescente crítica ao modelo de agricultura industrial capitalista e aos seus impactos negativos sobre a diversidade cultural e ambiental do planeta, além de seu caráter de espoliação, tem dado lugar ao ressurgimento do campesinato como identidade política. Neste cenário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passa a se auto-definir como um movimento camponês, filiando-se à Via Campesina, organização internacional que congrega camponeses de várias partes do mundo, e contribuindo ativamente para as ações que esta realiza no Brasil.

O conceito de agricultura familiar

Dada a ampla difusão alcançada pelo conceito de agricultura familiar, serão analisados criticamente a seguir dois trabalhos que constituem referências teóricas fundamentais para aqueles que o adotam: o livro de Abramovay publicado em 1992, intitulado “Paradigmas do capitalismo agrário em questão”; e o trabalho coordenado por Lamarche e publicado em dois volumes denominados “A agricultura familiar: uma realidade multiforme” e “A agricultura familiar: do mito à realidade” em 1993 e 1998 respectivamente. Os dois volumes apresentam os resultados de um estudo comparativo realizado no Brasil, França, Canadá, Polônia e Tunísia sobre a realidade da produção familiar¹.

¹ Estudo realizado por uma equipe internacional de pesquisadores coordenada por Hugues Lamarche e constituída por representantes de cada país pesquisado. A socióloga Maria de Nazareth B. Wanderley, orientadora de Ricardo Abramovay na tese de doutorado que deu origem ao livro acima referido, fez parte da equipe de pesquisadores brasileiros que participou do estudo.

Em seu livro, Abramovay propõe, como sugere o título, um novo paradigma para se compreender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que tem na agricultura familiar um de seus mais importantes fundamentos. Para ele (1992, p.127), o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida. Enquanto este último apresenta como traço básico a integração parcial a mercados incompletos, o primeiro representa um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado, sem apresentar qualquer conflito ou contradição em relação ao desenvolvimento capitalista. O autor salienta ainda a natureza empresarial, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação como traços da forma contemporânea de produção familiar.

Assim, na agricultura capitalista contemporânea, predominaria a agricultura familiar e a patronal. Abramovay distingue agricultura familiar e patronal com base na classificação de Nikolitch que define a primeira como uma unidade de produção que conta apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família e a segunda, àquelas em que os membros da família não executam nenhuma atividade diretamente ligada ao processo de trabalho ou o executam, mas numa proporção menor que a oferecida pela mão-de-obra contratada. (ABRAMOVAY, 1992, p. 142-143)²

Segundo Abramovay, a existência da agricultura familiar no capitalismo, paradoxo básico da questão agrária, é explicada sobretudo pelas particularidades naturais da agricultura. Esta, ao operar com base em elementos vivos, encontra “obstáculos *intransponíveis* ao avanço da divisão do trabalho” o que a impede de se tornar uma indústria. (1992, p. 246)

No entanto, o autor lembra que, nos países capitalistas centrais, a agricultura familiar é também uma criação do Estado. Nestes países, o Estado passa a adotar um conjunto de políticas para regular o nível de oferta agrícola em condições de relativa homogeneidade das rendas no setor a partir do período fordista³. Tais medidas se deveriam ao fato de que aí a agricultura se caracterizaria pela dispersão na oferta e não constituiria um setor de alta lucratividade.

Neste contexto, o agricultor familiar não se limita à função de fornecedor de excedentes para grupos econômicos vinculados à produção, comercialização e/ou processamento de produtos agrícolas, mas, muito mais do que isto, sua função passa a ser a de garantir o “abastecimento alimentar abundante, a preços estáveis, contribuindo assim para o processo de formação dos novos padrões de consumo característicos da expansão capitalista posterior à Segunda Guerra Mundial” (ABRAMOVAY, 1992, p.257).

O autor justifica o seu esforço de busca de novos paradigmas dada a sua insatisfação com o paradigma leninista-kautskyano⁴ que, para ele, se aplica apenas a uma realidade histórica em que a agricultura não tenha alcançado um estágio superior de desenvolvimento como o observado nos países capitalistas centrais. O que constitui um argumento de marcado caráter evolucionista.

Por outro lado, o que nos parece ainda mais equivocados, Abramovay entende todos os esforços no sentido de apreender no campo o movimento do capital em sua contradição como resultantes de uma influência althusseriana. Referindo-se às teorias que afirmam a produção de relações não-capitalistas pelo capital, o autor faz a seguinte afirmação:

² O texto do Convênio FAO/INCRA intitulado “Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a produção familiar” (1994) caracteriza as duas principais formas de produção agropecuária no Brasil com base nas categorias familiar e patronal. Para uma crítica deste trabalho, ver Silva (1999, p.217-221).

³ Período em que, segundo a “escola regulacionista”, o regime de acumulação capitalista nos países centrais se baseou numa produção voltada para o consumo em massa. Ele se estende do fim da segunda grande guerra ao início dos anos 1970.

⁴ Paradigma que prevê o fim do campesinato e a sua transformação em proletário ou pequeno capitalista como resultado do desenvolvimento do capitalismo no campo e do processo de diferenciação social que este gera.

Uma espécie de noite caiu sobre o conhecimento teórico e o modo de produção capitalista passou a funcionar como elemento explicativo do atraso, do progresso, da miséria, da opulência, do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. (ABRAMOVAY, 1992, p.250)

Abramovay evita discutir o caráter excludente do modelo de agricultura capitalista que defende, do qual muitos agricultores são eliminados por não conseguirem acompanhar as exigências de uma busca incessante de modernização, bem como não discute a ameaça constante de crise de superprodução que caracteriza este modelo e evidencia os seus limites. Seria o agricultor familiar moderno de que fala Abramovay um personagem que veio para ficar? Não é o que parece sugerir a situação atual da agricultura nos países capitalistas centrais.

No estudo organizado por Lamarche, da mesma forma que em Abramovay, parte-se do entendimento de que as mudanças verificadas na agricultura exigem um estudo cuidadoso para decifrar a realidade da produção familiar que não mais se restringe à produção camponesa. Mas, para Lamarche (1993:10), a relevância deste tipo de estudo também se deve ao fato de o modelo produtivista de agricultura estar em crise, causando sérios problemas de desenvolvimento em praticamente todos os países do mundo, como, por exemplo, em países de passado socialista em transição para a economia capitalista ou em países onde a agricultura se organiza numa base produtivista.

Apesar de ambos os estudos conceberem a agricultura familiar como uma forma de produção baseada no trabalho familiar, a análise de Abramovay privilegia a dimensão econômica, enquanto o estudo coordenado por Lamarche aborda a produção familiar como um objeto sociológico. A comparação entre países realizada por este último estudo permite a identificação de diferentes formas de funcionamento da produção familiar, evidenciando a complexidade que permeia esta realidade e o peso do contexto histórico, político e cultural na conformação da existência da produção familiar. Tais características afastam este trabalho da perspectiva reducionista que prevalece na referida obra de Abramovay.

Lamarche (1998, p.67-68) identifica quatro lógicas ou modelos teóricos de funcionamento das unidades de produção a partir de uma interação entre laços familiares e grau de dependência em relação ao exterior, assim definidos: Empresa; Empresa Familiar; Agricultura Familiar Moderna e Agricultura Camponesa ou de Subsistência. E, para melhor especificar as particularidades de cada modelo, os dois critérios acima referidos foram desdobrados em oito, a saber: forma de relação com a terra; importância do trabalho familiar em relação ao trabalho assalariado, permanente ou temporário; estrutura familiar e o papel que os produtores lhe atribuem; relação com a representação familiar do estabelecimento; grau de intensificação do sistema de produção; aspectos financeiros; grau de integração ao mercado; grau de dependência alimentar. (LAMARCHE, 1998, p. 306)

Curiosamente, o que Abramovay (1992) denomina de Agricultura Familiar Moderna está mais próximo do que é definido por Lamarche (1998) como Empresa Familiar. O desencontro entre autores e classificações parece decorrer, neste caso, da ênfase dada por Abramovay à face empreendedora do “novo tipo” de produtor familiar que estaria se formando no campo em desacordo com uma existência mais restrita atribuída a essa mesma categoria pelo estudo de Lamarche, que busca realçar as gradações existentes entre tipos de produção familiar mais ou menos dependentes do mercado.

Por outro lado, em Lamarche (1998), Halamska denomina Camponês Modernizado uma categoria de produtor encontrada na Polônia que em muito se assemelha ao que Lamarche define como modelo de Agricultura Familiar Moderna. Aqui, o desencontro parece resultar do que os antropólogos chamam de “ação do trabalho de campo sobre a teoria”, ou seja, o estudo de Halamska, ao tomar como referência o campo polonês, estaria mais propenso a identificar qualidades camponesas entre aqueles produtores que se modernizam do que se poderia esperar com base na metodologia classificatória adotada por Lamarche. Na classificação elaborada por este autor, a categoria Agricultura Familiar Moderna se diferencia da Agricultura Camponesa pela diminuição do papel da família na produção. A Agricultura Camponesa aparece em sua classificação como equivalente à produção de

subsistência, apesar de o autor reconhecer que uma análise mais profunda revelaria as diferenças existentes entre produção camponesa e produção de subsistência (LAMARCHE, 1998, p.70).

Para Halamska, o Campesinato Modernizado:

Trata-se, portanto, de um grupo cujo funcionamento é regulado por duas racionalidades. Esse grupo é materialmente ancorado no mundo camponês, mas começa porém a sair dele do ponto de vista ideológico.(...) os modelos de modernização do campesinato foram elaborados a partir das observações provenientes da área civilizadora européia. O grupo dos 'camponeses modernizados' compõe-se, entretanto, de representantes de sociedades armadas de uma outra lógica de desenvolvimento: da sociedade coletivista, da sociedade do capitalismo dependente, da sociedade do subdesenvolvimento econômico (LAMARCHE, 1998, p. 252-253).

Enquanto que para Lamarche e em conformidade com o procedimento metodológico adotado pela pesquisa:

(...) esse modelo [Agricultura Familiar Moderna] estrutura-se em torno de uma dupla dinâmica com, de um lado, a busca de uma diminuição constante do papel da família nas relações de produção e, de outro, a busca da maior autonomia possível. Em termos absolutos, esse modelo teria se libertado, ao mesmo tempo, das limitações familiares materiais, mas principalmente morais e ideológicas, e das dependências técnico-econômicas (LAMARCHE, 1998, p. 71).

Contudo, quando apresenta suas considerações finais com base nos resultados do estudo comparativo, para nossa surpresa, Lamarche afirma o seguinte:

O *estabelecimento familiar moderno* define-se como uma unidade de produção menos intensiva, financeiramente pouco comprometida e, principalmente, muito retraída em relação ao mercado; com efeito, a maior parte de suas produções é parcialmente reutilizada para as necessidades da unidade de produção ou autoconsumidas pela família; nunca é totalmente comercializada. (...) Podemos admitir, no que diz respeito às variáveis consideradas, que o *estabelecimento familiar moderno* funciona sensivelmente como estabelecimento de tipo *camponês*, com mais técnica e mais necessidades. (LAMARCHE, 1998, p. 314) (grifos do autor)

E ainda, afirma que:

Os modelos do tipo empresa são cada vez mais contestados pelos atores envolvidos no desenvolvimento agrícola; são contestados porque produzem excessos, porque são totalmente dependentes de tecnologias poluidoras, porque provocam uma fragilização econômica e financeira extrema das unidades de produção etc. De tal forma que esses modelos não parecem mais, hoje, tão solidamente implantados nessas sociedades. (...) Nesse novo contexto, o modelo *agricultura familiar moderna*, em função de suas características específicas já evidenciadas, pode corresponder melhor e adaptar-se às novas exigências de produção e ocupar, então, um lugar não-desprezível nesse tipo de sociedade. (Idem, p. 329)

As ditas “características específicas já evidenciadas” podem ser muito bem definidas como camponesas com base na literatura clássica sobre o tema, como o próprio autor o faz no parágrafo que antecede este último. Tais conclusões parecem sugerir que, o grande esforço teórico empreendido pelo grupo de pesquisadores coordenados por Lamarche (1993, p.9-13) no sentido de superar as possíveis limitações do conceito de camponês para abarcar a crescente complexidade de um campo cada vez mais modernizado resultou em

relativo fracasso. Pois, ele propõe uma classificação baseada em modelos abstratos e de aplicação mais restrita do que o conceito que visava superar. E, finalmente, recorre a este mesmo conceito como fundamento para explicar grande parte da realidade que define como produção familiar.

O processo histórico não é linear e para apreendê-lo em sua complexidade, não podemos deixar de lado as suas contradições, nem as suas formas particulares de desdobramento nos diferentes contextos sócio-espaciais. Para isso, é preciso que a reflexão teórica e a construção de categorias analíticas se dê com base numa abordagem dialética.

À guisa de conclusão: assentamentos rurais e a atualidade do conceito de camponês

Inúmeros estudos realizados em diferentes áreas do conhecimento como geografia, antropologia, sociologia, etc. têm revelado uma diversidade de formas em que se verificam a reprodução e a recriação de grupos camponeses na atualidade.⁵

A seguir, apresentaremos algumas reflexões e ensinamentos extraídos da análise da problemática da organização social e da espacialização dos sem-terra que realizamos em nossa pesquisa de doutorado sobre os Assentamentos Retiro e Retiro Velho situados nos municípios de Itapirapuã e Goiás Velho-GO (MARQUES, 2000) e das evidências apresentadas pelos estudos de Simonetti (1999), sobre o Assentamento Reunidas em Promissão - SP, e de Pereira (2000), sobre os Assentamentos Retiro Velho-GO e Paranacity-PR.

A *luta pela terra* hoje existente no país constitui, de um modo geral, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a *territorialidade capitalista*⁶ e a *territorialidade camponesa*⁷ inaugurado com a criação do mercado de terras no Brasil na segunda metade do século XIX. Mas as novidades dessa luta na atualidade são muitas, a começar pelo processo de *recampesinização* da família sem-terra que se dá com o assentamento destas. Esse processo representa um movimento em sentido oposto ao processo de proletarização em curso no campo e que nega o poder incondicional e avassalador deste, demonstrando que a possibilidade de *recriação camponesa* não se esgota com a expropriação e migração destas pessoas para a cidade.

As modificações nas relações de produção que se intensificaram no Brasil a partir dos anos 1960 não geraram a expropriação pura e simples dos camponeses, transformando-os em proletários. A realidade é mais complexa. Muitos se transformaram em população sobrando, desempregados, peões-de-trecho, migrantes temporários que, mesmo na cidade, mantêm o vínculo com o campo, quer por meio do trabalho volante ou bóia-fria, quer como moradores junto aos pais em pequenos sítios, ou eventualmente trabalhando como parceiros ou rendeiros em várias regiões do país, e também em situações específicas de trabalho na cidade. (SIMONETTI, 1999, p. 115-116)

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador.

⁵ Para ter uma visão geral do camponês no Brasil e no mundo na atualidade, ver capítulo de minha autoria intitulado "Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica", que compõe a coletânea "Campeinato e territórios em disputa" organizada por Eliane Tomiasi Paulino e João Edmilson Fabrini, Expressão Popular, 2008, p. 49-78.

⁶ Concebe a terra como mercadoria.

⁷ Concebe a terra como base para a reprodução da família e de seu modo de vida específico.

Porém, o processo de “recampesinização” que se verifica a partir de seu retorno à terra possibilitado por sua luta como sem-terra é marcado por conflitos, ambiguidades e contradições, que traduzem a difícil passagem do projeto de vida para as práticas.

As dificuldades encontradas por movimentos sociais como o MST para a realização de experiências coletivistas fundamentadas em ideologias radicais se devem, entre outros fatores, à resistência apresentada pelos assentados em relação à sua submissão ao sistema de divisão do trabalho e às normas de comportamento da cooperativa. Isto porque, a organização da cooperativa não se pauta por valores comunitários como imaginam inicialmente a maioria dos assentados atraídos por esta proposta, mas sim, por um modelo coletivo de organização centrado na figura do indivíduo, que se opõe à idéia de família como valor nucleante no qual se sustenta a autonomia e a autoridade do pai camponês (PEREIRA, 2000).

Por outro lado, a existência do camponês assentado não nega de todo a lógica do capital, que, em sua reprodução ampliada, continua subordinando o campesinato, mas:

Ao mesmo tempo que o camponês está subordinado à lógica do capital, ele também descobriu caminhos para o rompimento dessa submissão, fazendo escolhas para viver em sociedade, de acordo com seus valores. (SIMONETTI, 1999, p.56)

A contínua reafirmação de um conjunto de valores específicos demonstra a importância fundamental da consideração da dimensão cultural para compreendermos o significado do movimento de luta pela terra existente hoje no Brasil e a forma como os assentados organizam a vida e o espaço nos assentamentos. Os assentamentos rurais têm se constituído como o “lugar” onde se dá um complexo e sofisticado processo de (re)construção do “território camponês”.

O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da *produção*, mas também o lugar da *realização da vida*. (...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico. (SIMONETTI, 1999, p.70-71)

No entanto, a campesinidade é recriada em novas condições no contexto dos assentamentos, com base em novas experiências adquiridas por estes trabalhadores em sua passagem pela cidade, na vivência da luta, bem como, em certos casos, na vivência de novas experiências de organização da produção promovidas por movimentos sociais ou organizações não-governamentais, etc.

A afirmação da pertinência do uso do conceito de camponês para compreender realidades como essa se apóia numa abordagem dialética, que entende que os conceitos se referem a estados de estruturação ou estabilidades relativas, constantemente tensionados pelos conflitos, contradições e negatividades que emergem no processo de devir da realidade social (LEFEBVRE, 2002, p.244-263).

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas, HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992.

FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a produção familiar. Brasília, INCRA, 1994.

- LAMARCHE, Hugues (coord.). A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.
- LAMARCHE, Hugues (coord.). A Agricultura Familiar: do mito a realidade. Campinas, Editora da Unicamp, 1998.
- LEFEBVRE, Henri. Critique of everyday life II: foundations for a sociology of the everyday. New York, Verso, 2002.
- MARQUES, Marta Inez M. De sem-terra a 'posseiro', a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho – GO. São Paulo, Depto. de Geografia da USP, 2000. (tese de doutorado)
- MARTINS, José de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981.
- PEREIRA, José R. De camponeses a membros do MST: os novos produtores rurais e sua organização social. Brasília, Depto. de Sociologia da UNB, 2000. (tese de doutorado)
- PORTO, Maria S. G. e SIQUEIRA, Deis E. “A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas”, Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v.6, p. 76-88, 1994.
- SHANIN, Teodor. Campesinos y sociedades campesinas. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.
- _____. La clase incómoda. Madrid, Alianza Editorial, 1983.
- SIMONETTI, Mirian Claudia L. (1999). A longa caminhada: (re)construção do território camponês em Promissão. São Paulo, Depto. de Geografia da USP. (tese de doutorado)
- SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982.
- TAUSSIG, Michael T. The Devil and commodity fetishism in South America. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1980.
- THOMPSON, Eric P. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. v.I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. Caxambu, 1996. (texto apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17- Processos Sociais Agrários)
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral, in Anuário Antropológico/87, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.